

**TEXTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES:
A CONTRIBUIÇÃO DE SERAFIM DA SILVA NETO
PARA OS PROBLEMAS DE EDIÇÃO**

Marina Machado Rodrigues (UERJ e UFF)
mr.marina@terra.com.br

RESUMO

A obra objeto de nossa apreciação – *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas* – de Serafim da Silva Neto, de 1956, é, ainda hoje, de fundamental importância para a crítica textual no Brasil e em Portugal. Em seu livro, o autor analisa os problemas relativos à edição de textos medievais, apontando os principais equívocos que se cometeram e que se propôs discutir. No prefácio à obra, Thiers Martins Moreira declarava ser este “o mais completo levantamento das fontes manuscritas da literatura medieval portuguesa efetuado até agora”. Trata-se de obra pioneira, que além de oferecer seguros ensinamentos e comentários eruditos aos especialistas em crítica textual, inclui a reprodução *fac-similada* de alguns dos textos mais representativos da literatura medieval portuguesa, como a versão integral do *Livro das Aves*. Tal iniciativa democratizou o acesso a informações antes restritas àqueles que podiam frequentar as bibliotecas europeias ou tinham que se contentar com as descrições e estudos feitos por outros autores.

Palavras-chave: crítica textual. Literatura Portuguesa. Textos Medievais.

A obra objeto de nossa apreciação – *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas* – foi publicada no Rio de Janeiro, em 1956, por iniciativa do Centro de Pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa, dirigido à época por Thiers Martins Moreira, que reconheceu a importância do labor de Serafim da Silva Neto para os estudos de crítica textual no Brasil e em Portugal e, mais especificamente, no que tange aos textos antigos e aos inúmeros problemas que as sucessivas edições exibiam. Os escassos manuscritos conhecidos eram geralmente transcritos com muitos erros, por diversas causas, que o autor se propôs elucidar nessa obra.

No prefácio, Thiers Martins Moreira declarava ser este “o mais

completo levantamento das fontes manuscritas da literatura medieval portuguesa efetuado até agora”. Trata-se de obra pioneira, que além de oferecer seguros ensinamentos e comentários eruditos aos especialistas em crítica textual, inclui a reprodução *fac-similada* de alguns dos textos mais representativos da literatura medieval portuguesa, como a versão integral do *Livro das Aves*. Tal iniciativa democratizou o acesso a informações antes restritas àqueles que podiam frequentar as bibliotecas européias ou tinham que se contentar com as descrições e estudos feitos por outros autores.

Como se não bastassem as preciosas lições que o mestre nos oferece, no que tange à edição de textos antigos, alarga os benefícios aos estudiosos, elaborando uma lista dos manuscritos medievais existentes e das respectivas bibliotecas onde se encontram; bem assim prepara um completo inventário das obras e bibliotecas medievais perdidas, reproduzindo os catálogos de cada uma delas; e, ainda, a título de subsídio, o autor arrola os manuscritos medievais impressos nos séculos XV e XVI, hoje, infelizmente desconhecidos.

Silva Neto declara que o principal objetivo do livro “é o de expor os mais importantes problemas relativos aos textos medievais portugueses” e, para tanto, discute-os, exemplificando-os, a partir dos seguintes textos que o volume traz em fac-símile: *O Livro das Aves*, em versão integral; um fragmento do *Libro de Buen Amor*; a tradução dos *Diálogos*, de São Gregório; a tradução incompleta dos *Sermões*, de Santo Agostinho; fragmento do *Espelho de Cristina*; fragmento da *Crônica de D. João*, de Fernão Lopes; fragmento do *Livro de José de Arimateia*.

Como não se desconhece, os manuscritos medievais eram retratados ou por serem em número insuficiente ou por se deteriorarem pelo uso constante. Como ensina o autor, essa transladação adquire grande importância linguística, porque os novos escribas, ainda que fossem cuidadosos, alteravam o original, quer porque não entendiam todas as letras e, em consequência, deturpavam as palavras; quer porque substituíam certas palavras e formas já arcaizadas pelas correspondentes, usadas contemporaneamente. Contudo, a modernização, por ser parcial, sempre ficava visível: no mesmo texto podiam ser encontradas, lado a lado, as formas antigas, que escaparam ao copista, e as correspondentes mais modernas. Desta forma, para a precisa datação de um texto, o especialista não se pode fiar somente em dados paleográficos, já que a maioria dos manuscritos quatrocentistas hoje existentes podem ser cópias de outros anteriores. Para tanto, dá como exemplo *A Demanda do Santo Graal*, cu-

ja tradução para o português remonta ao período de D. Dinis, mas do qual somente se conservou o manuscrito quatrocentista de Viena, que é um apógrafo copiado de texto anterior. Heitor Megale (MEGALE, 1988, p. 9) informa que o exemplar único é uma cópia feita ao tempo de D. Duarte (1433-1438).

Em relação ao texto da *Demanda*, Silva Neto reproduz o ponto de vista do primeiro editor crítico da obra, o Padre Magne, para quem: “O códice de Viena alia arcaísmos significativos, como *chus*, ‘mais’, já raro nos trovadores do terceiro quartel do séc. XIII, e modernismos como, por exemplo, *perdoai*, em vez de *perdōade* (...)”. O estágio linguístico do texto permite supor que remonte a meados ou mais tardar ao terceiro quartel do séc. XIII, mas foi copiado nos séculos XIV-XV por vários copistas, os quais “consciente ou inconscientemente nele introduziram particularidades da língua falada em seu tempo” (p. 16).

Silva Neto adverte que nem os documentos oficiais oferecem seguras indicações cronológico-linguísticas, já que eram frequentemente recopiados e que, ao transcrever um texto, o copista podia introduzir-lhe particularidades de língua corrente, posteriores ao estado linguístico do texto original, ou mesmo formas ainda não consagradas na língua escrita. Por outro lado, a língua escrita é altamente conservadora, mantendo muitas formas e expressões que já não correspondem, exatamente, à língua corrente contemporânea. Bastará lembrar que até o séc. XVII se conserva a grafia *molher*, quando a pronúncia de há muito era *mulher*; o mesmo ocorrendo com a forma *giolho*, que convivia desde o séc. XV com a atual *joelho*.

Após as considerações iniciais, o autor enuncia as normas para a edição de textos arcaicos, não sem antes observar que bastante escasso é o repertório de textos medievais portugueses e raros são os casos em que se dispõe de mais de uma cópia. Neste caso, incluem-se o *Orto do Esposo* (duas), *O Castelo Perigoso* (duas), os *Diálogos de São Gregório* (três) e as crônicas de Fernão Lopes, das quais há vários manuscritos com valor desigual. Nos demais casos, os manuscritos únicos são apógrafos tardios, em grande maioria copiados no séc. XV, mas que remontam a manuscritos anteriores.

Serafim da Silva Neto ensina que o editor de textos arcaicos deve considerar três fatores: a) se se trata de autógrafo ou apógrafo; b) se a cópia é fiel ou não; c) se é manuscrito único ou não. Com o progresso da técnica – a reprodução fac-similada e a fotografia – considera ser a trans-

crição diplomática um atraso, “por deficiente e imperfeita”, pois, “com ela se fica na estrita dependência do critério e da perícia do editor, que pode ler mal e não compreender as palavras”; além do que, acrescenta, as tipografias modernas são incapazes de reproduzir certos sinais medievais. Em sua opinião, uma edição diplomática só se justifica quando vem ao lado do fac-símile, “permitindo ao leitor acompanhar e policiar a leitura”. Para ele, o “ bom caminho”, no tocante aos manuscritos do séc. XV, seria a opção pela reprodução fac-similada – por espelhar o original e por facilitar a consulta aos investigadores interessados – ou a edição crítica. No caso desta última, o critério a ser adotado depende do número de testemunhos de que se dispõe. Em presença de múltiplos testemunhos, será indispensável estabelecer a cronologia dos manuscritos e, determinado o mais antigo, transcrevê-lo, tendo o cuidado de colacioná-lo com os demais e registrar no rodapé as variantes que melhor esclareçam o texto ou que revelem a evolução da língua. Em face de um único testemunho, “há que transcrever o manuscrito, observando certas normas capazes de assegurar que fica intacta a fase linguística espelhada pelo texto” (p. 23).

O autor enuncia a seguir regras que considera indispensáveis à boa e fiel transcrição de um manuscrito medieval:

- a) Substituição de *u* e *i*, quando em função consonântica, por *v* e *j*;
- b) Separação dos conglomerados, como *alluxuria* por *lluxuria*; ou *entoda* por *en toda*;
- c) Regularização do uso de maiúsculas nos nomes próprios;
- d) Desdobramento de abreviaturas;
- e) Introdução de acentos agudos e circunflexos, com parcimônia, sempre que estes puderem evitar confusões e dúvidas;
- f) Respeito às formas linguísticas da época, não modernizando, em nenhum caso, as mesmas;
- g) Regularização da pontuação, paragrafação e introdução de travessão nos diálogos;
- h) Respeito à grafia medieval, salvo nos casos já referidos, mantendo-se o *y*; os *ff-*; *rr-*; *ss-* iniciais; os *-ll* finais de sílaba; *qua-*, *quo-*, *gua-*, *guo-*, em venguada, *quomo*, *quaderno*, etc.;

- i) No tocante às vogais nasais, é de opinião que nos textos anteriores ao séc. XV, deve respeitar-se rigorosamente a grafia medieval e manter-se, portanto, o til, em escritas como tẽpo, vïho, testemõiho, etc.

Em nota de rodapé, Silva Neto corrobora a opinião do paleógrafo João Martins da Silva Marques, a propósito dos conglomerados. Reproduzimos aqui a citação (*Apud* SILVA NETO, 1956, p. 23):

São muito ponderáveis estas palavras do paleógrafo João Martins da Silva Marques: "Aquele sistema [de não separar as palavras] peca, parece-nos, por nimiamente – e inutilmente – rigoroso. Inutilmente, pois que a separação ou união das palavras era, em muitíssimos mss. medievais, produto do arbítrio, do capricho dos calígrafos e escribas, e a sua transcrição imitativa não oferece a mínima vantagem, antes concorre para embaraçar a leitura. De mais, se até mesmo em publicações que são acabados modelos do gênero, como os *Monumenta Germaniae Historica*, e se nos próprios trabalhos didáticos de paleografia e nas edições diplomáticas ninguém leva o rigor a um extremo que todos têm por contraproducente e confuso, senão por errôneo e absurdo, para que seguir aqui um sistema condenado? (*Estudos de Paleografia Portuguesa*, I, 1938, p. 78)

Esclarece o prof. Serafim que as normas enunciadas acima dizem respeito apenas aos manuscritos de até o séc. XV, inclusive, ou seja do chamado *período fonético* da ortografia portuguesa, no qual se procurava espelhar na escrita a pronúncia. Daí, os cuidados extremos que deve tomar o editor, a fim de que a sua transcrição não turve nem perturbe os traços fonéticos ou fonológicos acaso visíveis. Outra deve ser, entretanto, a atitude com relação aos apógrafos dos séculos XVI, XVII e XVIII, quando a escrita já se mostra inteiramente desfigurada pela influência da grafia latinizante, característica do período *pseudo-etimológico*. Nesse caso, recomenda a modernização da grafia (mas não da língua) e por isso não se deve manter os yy, as letras duplas e grupos como *rh*, *th*, etc.; e, em vez de respeitar todos os tipos de representação das nasais, deve-se uniformizá-las.

É preciso ainda levar em conta que um manuscrito, mesmo antigo, do século XV ou anterior, pode ser cópia menos feliz dum mais velho e, portanto, sujeita a enganos e interpretações erradas. Assim sendo, deve-se atentar bem para o sentido ou – no caso do original preservado (se se tratar de uma tradução, coisa muito comum na literatura medieval portuguesa) – cotejar-se com o texto latino de que procede. Lembra que tais normas se aplicam também a manuscritos hoje desconhecidos, mas de que se possui uma edição quatrocentista ou quinhentista (caso, por exemplo, do *Boosco delleytoso*). Quanto aos

do que se dispõe, além do manuscrito, da edição (*Vita Christi*, 1495, e *Espelho de Christina*, 1518), o autor aconselha transcrever o texto do manuscrito e registrar no rodapé as variantes do impresso, quando possuam interesse linguístico.

Indicadas as normas específicas para a edição de textos medievais, cumpre agora referir algumas *normas gerais*, indispensáveis à garantia de um texto fiel e bem editado:

- 1 – nada inserir ou omitir no original;
- 2 – desdobrar as abreviaturas do manuscrito; mas se houver qualquer dúvida, representá-las tal como aparecem;
- 3 – os algarismos, quer arábicos, quer romanos, devem ser copiados em sua forma original;
- 4 – notar todas as omissões, devidas à ilegibilidade ou mutilação, indicando a extensão delas;
- 5 – as alterações de tinta ou de estilo do escrito deverão ser anotadas, assim como quaisquer outras modificações na forma do documento;
- 6 – quando houver passagens que não possam ser transcritas do original, mas que possam ser obtidas de outras fontes, deverão ser impressas no mesmo tipo que o usado para o original, mas dentro de colchetes. Se, porém, elas forem conjecturais, deverão ser impressas em tipos diferentes;
- 7 – o início de cada página do documento deverá ser indicado no texto dentro de colchetes, dando-se o número da folha, com a indicação de reto ou verso ou, de preferência, na margem.

Tais regras foram aprovadas em 1923 pelo Comitê Histórico Anglo-Americano e, segundo o autor, merecem ser levadas em consideração.

Em seguida, Serafim da Silva Neto enuncia os erros mais comumente observados na leitura de manuscritos medievais, separando-os por categorias:

1. Erros devidos a má compreensão de letras

C e t

O filólogo remete-nos aos comentários de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1923, vol. I, p. 92) que observa ser tal equívoco muito frequente em Bernardim Ribeiro, já que este usava os tt curtos (à maneira medieval) frequentemente confundidos com o duplo c (como em *camanho* quando o contexto exigia tamanho).

O autor aponta o mesmo erro em várias obras, das quais colhemos alguns exemplos:

Vita Christi (incunábulo de 1495) – “*e aquella que deseja o miollo brita a uoz e o amargor da casta se cõpẽsa com a doçura do miollo*” (I, fl. 12v). Onde se lê *uoz*, leia-se *noz*; e onde se lê *casta*, leia-se *casca*. No segundo volume da mesma obra (fls. 11v), se imprimiu *maristo*, por *marisco*.

Alfredo Pimenta, em sua edição do texto português do *Fuero Real* (séc. XIII), de Afonso X, o Sábio, transcreve *prescumeyra* ao invés de *prestumeyra*, como devia ser.

1.1. Uer e um

Em o *Boosco delleytoso* (1515), tradução desenvolvida do *De vita solitaria*, de Petrarca, o tradutor português, provavelmente de posse de uma fonte deturpada da obra latina, leu *umbrosam* por *urbosam*.

1.2. R e N

Na *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*, ed. do Visconde de Carreira, lê-se *regra* por *regna* em “*...nenhũu principe nom pode seer grande, se elle nom regra sobre grandes*”.

1.3. U e N

No *Livro da Montaria*, lê-se “*e que as estouou [estovou] a pedaços*”, e que a leitura correta é *estonou* (tirar a casca).

1.4. F e S

O *S* alongado dos antigos, o *s* cursivo, confunde-se muito facilmente com o *f*, aos olhos inexperitos. Assim, que Gabriel Pereira leu no livro de *Pero Menino*, *reseitos* onde se devia ler *refeitos*. Ou em Cândido de Figueiredo, *Dicionário*, *refualar* no lugar de *resvalar*.

1.5. RR por IR

Este erro de leitura é comum em cancioneiros apógrafos que costumam veicular a forma *moirer*, sem existência real na língua. O autor observa que o infinitivo foi sempre *morrer*, embora existissem as formas *moiro* e *moira*.

2. Erros devidos a desconhecimentos de fatos linguísticos

- 2.1.** prepos. *en* + artigo *lo* – por aglutinação, tem-se *enlo* e, posteriormente, por nasalização *enno* (*ẽno*). Em várias edições transcreve-se *en o*, considerado erro grave pelo filólogo.
- 2.2.** fonética sintática – assimilação de *ae* > *ee* > *e*. O exemplo é apontado no *Auto da Índia*, de Gil Vicente, onde se lê: “*deita essa carne esses gatos/desfaze toda essa cama.*” No caso, como ensina Silva Neto, seria um erro grosseiro do crítico introduzir a preposição *a* antes do pronome *esses*, uma vez que a mesma já foi assimilada.
- 2.3.** Nos *Collóquios*, de Garcia d’Orta, no trecho: “*que fruta he aquella que está parando aquella moça*”, lê-se a forma *parar*, que significa *aparar*, como o contexto indica. O *a* inicial do verbo soldou-se ao verbo *ser* que o antecede (*está*). Contudo, o Conde de Ficalho, por desconhecer tal uso, transcreveu *parar*, como se lê em sua edição, truncando o sentido da frase.
- 2.4.** Na primeira edição dos *Trabalhos de Jesus*, de Frei Tomé, encontra-se: “*mas que tudo pouco & muito o ajuda á fervorar.*”. O conhecimento do fenômeno de fonética sintática imporia, numa edição crítica, a seguinte transcrição

do trecho: “*mas que tudo, pouco e muito, o ajuda a afervorar*. No caso, o acento agudo é indicativo de crase entre a preposição e o *a* inicial do verbo *afervorar*, devendo ser desdobrado.

- 2.5. J. J. Nunes, na obra *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*, acentua com circunflexo a forma *dé*, que no séc. XIII rimava com *fé* e com *é*. Assim se lê em sua transcrição da cantiga de D. João Soares Coelho, v.13: “*rogu' el a Deus que lhi dê meu perdon*”, mostrando desconhecimento da pronúncia da época. Na mesma obra, na transcrição de um verso de uma cantiga de D. João Garcia de Guilhade, o medievalista comete equívoco semelhante, ferindo a pronúncia da época; assim lê-se em sua edição: “*Nem seu bom talh'a quem o á?*” quando o correto seria: “*nem seu bom talh'a a quẽ-no á?*”. Ainda Nunes, em outra cantiga do mesmo trovador, registra: “*e leixar já a volo tempo perder,*”, ignorando a forma provençal *ávol*. Como ensina Rodrigues Lapa (*Apud* SILVA NETO, 1956, p. 30), “o *avolo* do apógrafo da Vaticana não deve ser interpretado como *a vólo*, mas como o provençalismo *ávol* (ruim, mau)”. No galego moderno, a forma *avol* perdura ainda com o mesmo significado. O verso reconstituído deveria ser: “*e leixar já avol tempo perder*”. Manuel Rodrigues Lapa tenta explicar a razão do equívoco: “o escriba não conhecia o termo *ávol*, muito raro, e julgou tratar-se de *a volo*, *a vós lo*, ou, arbitrariamente, por analogia, pôs a terminação dos adjetivos masculinos” (*Apud*, SILVA NETO, 1956, p. 30). A interpretação de Nunes, além de semanticamente incorreta, acrescentou uma sílaba ao verso.

3. *Erros devidos a ignorância de siglas e abreviaturas*

Esclarece o filólogo que este é dos erros mais frequentes na transcrição de textos, seja por falta de atenção, seja por ignorância de siglas e abreviaturas. Aponta alguns na edição de Alfredo Pimenta, já referida neste estudo: *deprimento* por *departimento*, palavra arcaica que significa divisão e cujo sentido se ajusta perfeitamente ao contexto: “*Se algun arrãcar os marcos que sũ postos por*

deprimimento das erdades peyte X maravedis”... Na mesma obra se lê: *pente provinco por parente provinco* (parente próximo) no seguinte trecho: “*Quando algum acusar outro... e o acusado disser que não deve a respõder por que ha outro pente mays prouinco...*”.

4. Saltos-bordões

Por falta de atenção, o copista saltava uma ou várias linhas. Muitos destes erros foram apontados por Carolina Michaëlis de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1949, p. 95) tanto na versão medievall portuguesa da *História de Vespasiano*, quanto na versão castelhana cotejada, como se observa a seguir:

Ed. Bonilla, p. 382	Ed. Esteves Pereira, p. 47
Señor Pilatos, yo vos dó por consejo que no embiedes el tributo ao Emperador nen lo tengades por señor ... mas le cumpre a el que sea señor de Roma e de Lombardia.	Senhor Pilatus, eu vos dou de conselho que nom envieis o tributo ao emperador nem o tenhaes por senhor de Jerusalem; pois todo o povoo vos quer por senhor cumprelhe a elle que seja senhor de Roma e de Lombardia.
Cap. VII, p. 14, ed. Delbosc	Ed. Esteves Pereira, p. 47
E Gays el senescal se acordo e dixo a Jacob: “yo quiero fablar com Pilatos”; Jacob le dixo: “Yo jre com vos”; e aomos a dos vanse a Pilatos e fablaron le delante del templo de Salomon.	E o mestre-salla acordouse e disse a Jacob: Eu quero fallar com Pilatus ... E fallaron lhe diante do templo de Salomom.

5. Erros devidos a má-separação de sílabas

O autor aponta aqui um erro clássico cometido por Teophilo Braga – na edição *princeps* de *Crisfal* (Cristóvão Falcão) – em que leu: “*Tendo parecer divino/para melhor lhe quadre/cantar cantou de ledino.*” Imaginando tal cantar (ledino) como um novo gênero até então desconhecido, não percebeu que o verso dizia: “*cantar cantou dele dino*”, ou seja, cantar digno dele.

Na nota final ao capítulo, ensina o filólogo que o melhor meio de evitar erros e descuidos é ler as “minuciosas críticas feitas a edições que não merecem integral confiança, ou que tenham obedecido a critérios discutíveis”. A mesma utilidade terão as resenhas de obras consagradas por especialistas no assunto. A partir daí, o autor fornece uma extensa e indispensável bibliografia sobre o assunto, que não transcrevemos aqui por economia de espaço. Mas ci-

tamos alguns dos nomes mais representativos da lista, que reúne: Epifânio da Silva Dias, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Oskar Nobiling, H. R. Lang, Joseph Piel.

No capítulo seguinte, intitulado “Provas de manuscritos medievais portugueses”, Serafim adverte que “mais e melhor do que qualquer manual de paleografia, a leitura de textos medievais aprende-se com a prática” (p. 38). Para tanto, apresenta provas que habilitem o leitor a comparar o manuscrito com a transcrição dos textos. Selecionou manuscritos que abarcam desde o séc. XIV até apógrafos do séc. XVI, como o *Livro de José de Arimatéia*. A seleção dos textos não levou exclusivamente em conta o critério paleográfico, mas também incluiu aqueles que apresentassem interesse linguístico e literário. A partir daí, faz as transcrições dos textos que podem ser cotejados com os respectivos fac-símiles no final do volume.

No capítulo subsequente, intitulado “Subsídios para uma bibliografia de manuscritos medievais”, Silva Neto faz uma minuciosa descrição dos códices medievais disponíveis em bibliotecas europeias, empresa que reputa da maior importância, não deixando de observar que essa primeira tentativa não estará isenta de falhas e deficiências e que, como primeiro passo, deverá ser enriquecida e complementada. O autor tem consciência de que muitos códices terão escapado à sua pesquisa e que por certo se “escondem, avaramente nas bibliotecas portuguesas, cuja imensa riqueza ainda não foi integralmente explorada” (p. 55).

A pesquisa de nosso filólogo inclui a descrição de manuscritos medievais nas seguintes bibliotecas: A) Em Portugal: Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional da Torre do Tombo; B) Na Espanha: Biblioteca Nacional de Madrid, Biblioteca do Escorial, Academia Real da História, de Madri; C) No Reino Unido: British Museum; D) Na Itália: Biblioteca Nacional de Florença, Biblioteca Nacional de Nápoles, Biblioteca Vaticana; E) França: Biblioteca Nacional de Paris; F) Na Áustria: Biblioteca Palatina de Viena.

Os capítulos finais trazem as relações das obras editadas, das bibliotecas e obras perdidas e dos fac-símiles, representando uma contribuição e um labor não iguais a seu tempo.

Consideramos que esta obra do Prof. Serafim da Silva Neto é

um legado que deverá ser passado às novas gerações pelo muito que representa no âmbito da crítica textual, do estudo da língua e da literatura. Esperamos que o exemplo do pesquisador, o pioneirismo, a erudição e o rigor nos sirva de exemplo, para que possamos, de alguma forma, retribuir e agradecer as lições deixadas pelo Mestre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A *DEMANDA do Santo Graal*: manuscrito do século XIII. Texto sob os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SILVA NETO, Serafim da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão*. Obras. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923.

_____. *Notas vicentinas*. Preliminares de uma edição crítica de Gil Vicente (notas I a IV). Lisboa: Revista Ocidente, 1949.